

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

SIMONE GUASTELLI FARIAS

**PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES ACERCA DA VIOLÊNCIA
CONTRA A CRIANÇA**

Porto Alegre

2004

SIMONE GUASTELLI FARIAS

**PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES ACERCA DA VIOLÊNCIA
CONTRA A CRIANÇA**

Trabalho de Conclusão apresentado ao
Curso de Enfermagem da Escola de
Enfermagem da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul como requisito parcial para a
obtenção do título de Enfermeiro

Orientadora: Ms. Silvana Maria Zarth Dias

Porto Alegre

2004

AGRADECIMENTOS

Ao meu noivo Maximiliano, pela paciência e por compartilhar de todos os momentos da minha vida; por compreender as minhas ausências e por ter sempre uma palavra de estímulo.

Aos meus pais, Sidney e Regina, por me ensinarem a lutar e por me propiciarem condições para a conclusão do curso de Enfermagem apesar das dificuldades.

Aos meus irmãos, Luíza e André, por tolerarem (ou ao menos tentarem) o meu mau-humor e falta de paciência nos momentos de stress.

Ao meu afilhado Pedro, pelas alegrias que tem me proporcionado desde que veio ao mundo.

À minha professora orientadora, Professora Mestre Silvana Maria Zarth Dias, pela paciência e dedicação durante a realização deste estudo.

Aos meus colegas, com os quais compartilhei os últimos anos e que contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional.

Aos amigos que sempre estiveram ao meu lado apesar do pouco tempo dedicado a eles.

A todos àqueles com os quais deixei de partilhar momentos agradáveis durante a minha graduação, mas que souberam compreender.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	OBJETIVO	8
3	REVISÃO DE LITERATURA	9
3.1	Tipos de abusos na infância	10
3.1.1	Maus-tratos físicos.....	10
3.1.2	Maus-tratos emocionais ou psicológicos.....	12
3.1.3	Negligência.....	13
3.1.4	Abuso sexual	15
3.1.5	Síndrome de Munchausen por Procuração (MPP).....	16
4	METODOLOGIA	18
4.1	Tipo de estudo	18
4.2	Contexto/participantes	19
4.3	Coleta de dados	20
4.4	Análise dos dados	21
4.5	Aspectos éticos	22
5	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	24
5.1	Tipos de violência	24
5.2	Facilidades e dificuldades na identificação dos sinais de maus-tratos 27	
5.2.1	Facilidades na identificação.....	27

5.2.2	Dificuldades na identificação do abuso.....	28
5.3	Causas e conseqüências da violência contra a criança.....	30
5.3.1	Motivos da ocorrência da violência.....	30
5.3.2	Conseqüências da violência.....	32
5.4	O tema e o Estatuto.....	34
5.4.1	O conhecimento.....	34
5.4.2	Como proceder.....	35
5.4.3	Fatores que interferem na notificação.....	36
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
	REFERÊNCIAS.....	41
	APÊNDICE A.....	44
	APÊNDICE B.....	45
	APÊNDICE C.....	47
	ANEXO I.....	48

1 INTRODUÇÃO

Os maus-tratos contra a criança são responsáveis por danos no desenvolvimento físico e mental, podendo levar à morte (MELO, s.d.). Cada vez mais crianças vítimas de violência são atendidas nos diversos níveis de atenção à saúde; porém, em consequência de fatores como as diferentes culturas, desconhece-se a verdadeira incidência do abuso infantil (SPRS, s.d.). Segundo a Organização Mundial de Saúde, no ano de 2000 ocorreram no mundo 1,7 milhão de mortes decorrentes da violência (YUNES, 2002).

Conforme Deslandes (1997, p.13), o abuso é definido “pela existência de um sujeito agressor em condições superiores, que comete um dano físico, psicológico ou sexual, contrariamente à vontade da vítima ou por consentimento obtido a partir da sedução ou indução enganosa”.

O tema deste trabalho originou-se de reflexões no decorrer da disciplina de Enfermagem no Cuidado à Criança, que ocorre durante o sétimo semestre do curso de Enfermagem, na Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Durante este período foi-me apresentado um problema cada vez mais comum e discutido pela mídia: a violência contra a criança. Nesta ocasião tivemos uma breve revisão sobre os tipos de violência, sinais e sintomas que evidenciam a agressão e como proceder diante da suspeita ou confirmação de abuso infantil.

No entanto, neste primeiro contato, surgiu-me uma dúvida: os professores do ensino fundamental, que convivem durante um tempo considerável com as crianças, recebem orientações como as que recebi, durante sua formação? Como eles percebem a violência contra a criança?

Segundo a SPRS (s.d.), a violência representa um importante problema de saúde pública no Brasil, constituindo uma das principais causas de mortalidade em crianças maiores de cinco anos.

Os dados obtidos no país, a respeito dos casos de abuso infantil, não são fidedignos em virtude da baixa notificação dos casos, sendo desconhecida a real incidência da violência infantil. Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 1993), a subnotificação por parte dos educadores é conseqüência do pouco conhecimento e do envolvimento com esta problemática e com as instituições que fazem o atendimento especializado das crianças vítimas de maus-tratos.

Outro problema existente na identificação e/ou notificação de casos de violência está na aceitação da punição corporal usada como forma de castigo, com fins disciplinares. Além disso, é tão tênue a linha que separa o castigo físico aceitável dos maus-tratos que se torna muito fácil ultrapassá-la (DESLANDES, 1997; MUSSEN *et al.*, 1988).

Acredito que os professores são profissionais que devem estar aptos a identificar casos de violência contra a criança, pois estão em contato com as mesmas durante um período prolongado e têm um amplo conhecimento sobre a comunidade na qual estão inseridos.

Segundo o artigo 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), os professores são responsáveis pela comunicação dos casos suspeitos ou confirmados de violência contra a criança. Diante disso, acredito na importância da orientação aos professores. Para tanto, é importante conhecermos quais as percepções que os mesmos têm acerca da violência, o conhecimento que eles têm a respeito do artigo 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente e se sabem reconhecer os indícios de violência.

As escolas desempenham um papel estratégico na prevenção e identificação dos casos de abuso infantil. Para tanto, é necessário que a violência contra a criança seja abordada durante a formação destes profissionais ou exercício profissional, tornando possível enfrentar, de forma adequada, o problema (BRASIL, 1993).

Assim, acredito que através das percepções dos professores de ensino fundamental seria possível conhecer o que eles sabem sobre violência contra a criança e, futuramente, a partir das informações obtidas, elaborar uma cartilha explicativa, com informações acerca dos tipos de maus-tratos, sinais e sintomas que evidenciem a agressão e como proceder diante da suspeita ou confirmação da violência.

Para tanto, baseada nas evidências encontradas na literatura e através dos meus questionamentos, define-se o tema deste estudo: as percepções dos professores acerca da violência contra a criança.

2 OBJETIVO

O objetivo deste estudo é conhecer as percepções dos professores de ensino fundamental acerca da violência contra a criança.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A violência contra a criança resulta de problemas familiares onde a criança é agredida, negligenciada ou abusada emocionalmente, geralmente pelos pais, com frequência pela mãe, ou pessoas próximas (FONSECA; LAU; FARINATTI, 1996; WARNER, 1980).

Embora um grande número de casos de abuso infantil seja observado nas famílias pobres, não pode ser considerado um problema exclusivo desta classe social (WHALEY; WONG, 1989). Observa-se, nas famílias mais privilegiadas, o encobertamento do agressor, principalmente quando o mesmo faz parte do círculo de convivência da família, como amigos e parentes (THOMPSON; ASHWILL, 1996).

Muitas são as conseqüências dos maus-tratos; eles podem ser responsáveis por danos no desenvolvimento físico e mental das crianças vitimizadas (MELO, s.d.). A violência também constitui importante causa de deficiências e morte durante a infância (FONSECA; LAU; FARINATTI, 1996).

A violência representa a primeira causa de morte para crianças e adolescentes entre 5 e 19 anos. Dos 5 aos 9 anos, 47% das mortes são decorrentes da violência; dos 10 aos 14 anos este percentual aumenta para 54,6% e atinge maior proporção entre os 15 e 19 anos, quando a mortalidade chega a 70,8% (MINAYO, 2002). Segundo Fonseca, Lau e Farinatti (1996), crianças dos 0 aos 3 anos de idade, em conseqüência da sua grande dependência e, de não possuir condições de defesa, são mais susceptíveis à violência.

No Brasil, os maus-tratos contra a criança não são denunciados com frequência, acarretando no desconhecimento da sua real incidência (FONSECA; LAU; FARINATTI, 1996)

3.1 Tipos de abusos na infância

A violência contra a criança, segundo Whaley e Wong (1989, p.314), "inclui maus-tratos físicos e/ou emocionais ou negligência, assim como abuso sexual".

A identificação de casos de abuso infantil muitas vezes é bastante difícil. No entanto, alguns dados podem auxiliar na suspeita ou confirmação dos maus-tratos; algumas reações semelhantes são apresentadas pelas crianças agredidas e por suas famílias (DESLANDES, 1997). Além disso, certos sinais físicos podem também ser indicadores de violência contra a criança.

3.1.1 Maus-tratos físicos

Entende-se por mau-trato físico, "qualquer ação, única ou repetida, não-acidental (ou intencional), cometida por um agente agressor adulto (ou mais velho que a criança ou o adolescente), que lhes provoque dano físico". (DESLANDES, 1997, p.13).

Quando o ferimento acontecer devido à falta de atenção dos pais ou cuidadores, em situação de risco, também se considera que a criança foi vítima de mau-trato físico ou negligência (WARNER, 1980). Este tipo de violência pode ser evidenciado por marcas no corpo da criança (WHALEY; WONG, 1989). Estas lesões são mais freqüentemente observadas na pele e nas mucosas (SPRS, s.d.).

O abuso físico pode ser identificado por indicadores que incluem: hematomas, equimoses, queimaduras, escoriações, mordidas, contusões, cicatrizes e ferimentos na cabeça. Freqüentemente a explicação para as lesões não é adequada à gravidade das mesmas (DESLANDES, 1997; SPRS, s.d.; THOMPSON; ASHWILL, 1996; WARNER, 1980).

Além dos sinais físicos, o comportamento da criança e da família é de grande valia para a identificação da violência física.

Dentre os comportamentos comuns observados na criança vítima de abuso físico podemos citar: refere sofrer violência dos pais, tem extremos de comportamento (agressivo ou apático, hiperativo ou depressivo), muitas vezes causa problemas e é desobediente, tem reações autodestrutivas, quebra objetos. Em alguns casos, evita o contato com outras pessoas ou busca agradar os outros. Com freqüência falta às aulas e tem dificuldade de aprendizagem. Fornece informações sobre o "acidente" não condizentes com o tipo e a gravidade das lesões. Muitas vezes foge de casa e parece temer os pais (DESLANDES, 1997; THOMPSON; ASHWILL, 1996).

Algumas características podem ser observadas nas famílias de crianças maltratadas, tais como: buscam ocultar as lesões da criança ou as justificam de forma inadequada à gravidade ou aos tipos de lesões; definem a criança como "má" e desobediente e defendem a disciplina rígida; freqüentemente são usuários de

álcool e drogas e têm casos de abuso na família (DESLANDES, 1997; THOMPSON; ASHWILL, 1996).

3.1.2 Maus-tratos emocionais ou psicológicos

Os maus-tratos psicológicos incluem rejeição, depreciação, desrespeito, discriminação, bem como cobrança ou punição inadequadas cometidas contra a criança ou adolescente e são responsáveis por desordens no desenvolvimento dos mesmos (MELO, s.d.; SPRS, s.d.).

Este tipo de violência é observado muitas vezes combinado a outro tipo de abuso (SPRS, s.d.). Segundo Warner (1980, p. 434) este tipo de agressão pode ser “evidenciado por um substancial impedimento de sua capacidade para funcionar dentro de um campo normal de desempenho e comportamento com devida atenção à sua cultura”.

As formas mais freqüentes de abuso psicológico incluem a negação, o isolamento e as agressões verbais (ALGERI, 2001).

Diferentemente dos outros tipos de abuso, o psicológico é mais difícil de ser reconhecido, pois os sinais são menos óbvios. Através do comportamento da criança e da família é que se pode suspeitar ou comprovar este tipo de violência (THOMPSON; ASHWILL, 1996; WHALEY; WONG, 1989). Assim como a negligência, freqüentemente o mau-trato emocional é associado a outros tipos de abuso (SPRS, s.d.).

Mesmo que os sinais físicos não sejam comumente observados, pode-se verificar na criança, problemas de saúde, obesidade, dermatites, "gagueira" (tartamudez) e comportamentos inadequados à idade (DESLANDES, 1997). O abuso psicológico também pode ser evidenciado por alterações no controle esfinteriano (SPRS, s.d.).

A criança pode apresentar comportamentos extremos como agressividade ou timidez e destrutivo ou autodestrutivo. Tem atitudes inapropriadas para a idade, baixa auto-estima, pode ter atrasos no desenvolvimento em geral e problemas de aprendizagem. A família parece não se importar e demonstra sentimentos de rejeição e desprezo em relação à criança. Com frequência, julgam-na como "má" e esperam atitudes inadequadas para a faixa etária do infante (DESLANDES, 1997; THOMPSON; ASHWILL, 1996).

3.1.3 Negligência

A negligência é definida como "ato de omissão do responsável pela criança ou adolescente em prover as necessidades básicas para o seu desenvolvimento" (ABRAPIA, 1997¹ *apud* MELO, s.d.).

O abandono é considerado um tipo de negligência. Devido às condições sócio-econômicas da população, existe grande dificuldade de se identificar a negligência, uma vez que questiona-se a respeito da intencionalidade de causá-la

¹ ABRAPIA. **Maus-tratos contra crianças e adolescentes: proteção e prevenção – guia pra orientação de profissionais de saúde.** Petrópolis: Autores e Agentes Associados, 1997.

(MELO, s.d.; SPRS, s.d.). Discordo destes autores, pois é possível observar famílias que, mesmo em condições financeiras precárias, têm grande zelo com suas crianças.

A negligência é uma das formas de abuso infantil mais comum e muitas vezes está associada com outros tipos de violência (SPRS, s.d.).

A negligência pode ser evidenciada por alterações no crescimento e desenvolvimento, a criança está sempre suja e vestindo roupas inadequadas ao clima, não recebe atendimento médico e/ou outros necessários, está freqüentemente cansada, apresenta falta de atenção e permanece, por longos períodos, sozinha (DESLANDES, 1997; THOMPSON; ASHWILL, 1996; WHALEY; WONG, 1989).

Com relação ao comportamento da criança, podem ser observados extremos como hipo ou hiperatividade, atitudes semelhantes às de um adulto ou comportamento infantil e/ou depressivo. Além disso, pode apresentar freqüência irregular na escola, baixo rendimento, escolaridade não adequada à idade da criança e ausência às consultas médicas. Em alguns casos a criança faz uso de álcool e drogas e participa de atos de vandalismo e promiscuidade sexual (DESLANDES, 1997; SPRS, s.d.; THOMPSON; ASHWILL, 1996).

Já nas famílias das crianças abusadas, podem aparecer características que auxiliem na suspeita de negligência, tais como despreocupação com a criança, isolamento de parentes e amigos, muitas vezes são usuários de álcool e drogas, têm baixa auto-estima evidenciada pela falta de higiene e despreocupação com a aparência, parecem apáticas e passivas e, em muitos casos, foram negligenciadas na infância.

3.1.4 Abuso sexual

O abuso sexual é definido como:

todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual, cujo agressor esteja em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou o adolescente. Tem por intenção estimular-la sexualmente ou utilizá-la para obter satisfação sexual (DESLANDES, 1997, p.13).

Para Garfinkel, Carlson e Weller (1992, p.300), “os tipos de abuso incluem manipulação com o dedo, intercurso, contato genital-oral, contato genital, intercurso anal e carícias”. Outras formas de violência sexual incluem atos nos quais não existe contato, tais como exposição dos órgãos genitais, elaboração de material pornográfico utilizando menores ou exibição pornográfica à criança (MELO, s.d.).

De acordo com Deslandes (1997, p.13), “essas práticas eróticas e sexuais são impostas à criança ou ao adolescente pela violência física, ameaças ou induções de sua vontade”.

O abuso sexual é de difícil diagnóstico, visto que é necessário um exame físico detalhado diante da suspeita de que o mesmo tenha ocorrido. As exceções são os casos em que a vítima relata o abuso. Nesta situação, é importante dar credibilidade à criança, pois é pouco provável que ela consiga elaborar uma história falsa convincente sobre a violência sexual (SPRS, s.d.).

Além do relato da criança, alguns sinais físicos podem ser observados na vítima de violência sexual. Estes incluem: edema, hiperemia, lesões, fissuras, sangramento e prurido da região genital e/ou anal; dificuldade para deambular; infecções urinárias freqüentes; presença de secreções vaginais ou penianas; irritação na garganta; ocorrência de doenças sexualmente transmissíveis e, em alguns casos, gravidez; bulimia, anorexia, fadiga, dismenorréia; vergonha em

demasia (DESLANDES, 1997; GARFINKEL; CARLSON; WELLER, 1992; SPRS, s.d.; THOMPSON; ASHWILL, 1996).

Dentre os distúrbios do comportamento, a criança pode evidenciar alterações do sono, atraso ou regressão do desenvolvimento, dificuldade de aprendizagem, baixa auto-estima, ansiedade, comportamento sexualizado inadequado para a idade, fugas freqüentes de casa, apresentar tendências suicidas, pode ser usuário de álcool e drogas e isolar-se (DESLANDES, 1997; GARFINKEL; CARLSON; WELLER, 1992; SPRS, s.d.; THOMPSON; ASHWILL, 1996).

Nos casos de abuso sexual, a família geralmente é muito protetora e possessiva com a criança, podendo acusá-la de promiscuidade ou sedução; vê o sexo como forma de amor, tenta proteger o agressor; os pais ficam fora de casa por longos períodos; tem história de abuso de álcool e drogas e, na maioria das vezes, existe caso de abuso na família (DESLANDES, 1997; THOMPSON; ASHWILL, 1996).

3.1.5 Síndrome de Munchausen por Procuração (MPP)

Segundo a SPRS (s.d., p. 02), a Síndrome de Munchausen por Procuração "é definida como a situação na qual a criança é trazida para cuidados médicos devido a sintomas e/ou sinais inventados ou provocados pelos seus responsáveis".

Em conseqüência disso, a criança é vítima de abuso físico pela realização de exames, administração de medicamentos ou outros procedimentos

desnecessários, além de sofrer trauma psicológico devido a freqüentes consultas e internações (SPRS, s.d.).

Considerada por alguns autores como abuso físico, a Síndrome de Munchausen por Procuração, geralmente causada pela mãe, pode ser produzida pela simulação ou produção de sinais (GARFINKEL; CARLSON; WELLER, 1992; SPRS, s.d.).

Apesar de difícil diagnóstico, suspeita-se da Síndrome de Munchausen quando a criança apresentar doenças recorrentes e/ou persistentes, sintomas não usuais e que surgem sempre que a criança está com uma mesma pessoa (SPRS, s.d.).

4 METODOLOGIA

Para a realização deste estudo foi utilizada a metodologia descrita a seguir.

4.1 Tipo de estudo

Trata-se de um estudo descritivo exploratório, para o qual utilizou-se uma abordagem qualitativa.

Os estudos exploratórios são realizados quando as informações sobre o tema escolhido são escassas e se quer conhecê-las, enquanto os descritivos são realizados quando existe um fenômeno conhecido e se procura descrevê-lo (RICHARDSON e cols, 1999).

O estudo descritivo é realizado a partir da observação, descrição e classificação. Já no estudo exploratório, além de observar e registrar o objeto de estudo, o pesquisador tem por objetivo a exploração da forma como tal fenômeno se manifesta associando-o a outros fatores correlacionados (POLIT; HUNGLER, 1995).

Este estudo é qualitativo, pois envolve a coleta de dados mais subjetivos sobre os quais o pesquisador exerce pouco controle (POLIT; HUNGLER, 1995). Segundo Richardson e cols (1999), através da pesquisa qualitativa se pode compreender, de maneira adequada, o fenômeno social em estudo.

4.2 Contexto/participantes

Este estudo realizou-se em uma escola estadual de ensino fundamental localizada no bairro Partenon, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Foram selecionados 08 professores, de forma aleatória, que lecionavam nas turmas do jardim de infância até a oitava série do ensino fundamental, havendo adequação da amostra de acordo com os dados coletados. Segundo Polit e Hungler (1995), uma seleção aleatória é aquela na qual todos os indivíduos de uma população possuem a mesma possibilidade de participarem do estudo. A amostra foi selecionada através de sorteio entre os professores da referida escola e seu tamanho foi determinado pela saturação dos dados obtidos, observada quando a coleta não fornece novas informações (POLIT; HUNGLER, 1995).

Os critérios de inclusão foram lecionar na escola selecionada, concordância em participar da pesquisa e disponibilidade para realizar a entrevista.

A amostra selecionada foi composta de sete mulheres e um homem, cujo tempo de trabalho em escolas variava de 3 a 26 anos conforme a tabela abaixo.

Participante	Sexo	Tempo de magistério
Entrevista 1 (E1)	Feminino	26 anos
Entrevista 2 (E2)	Feminino	3 anos
Entrevista 3 (E3)	Feminino	5 anos
Entrevista 4 (E4)	Feminino	24 anos
Entrevista 5 (E5)	Masculino	4 anos
Entrevista 6 (E6)	Feminino	9 anos
Entrevista 7 (E7)	Feminino	10 anos

Entrevista 8 (E8)	Feminino	10 anos
-------------------	----------	---------

4.3 Coleta de dados

A coleta de dados realizou-se através de entrevista semi-estruturada composta de 6 perguntas (APÊNDICE A) direcionada aos participantes selecionados. Após a entrevista inicial, não observou-se a necessidade reformulação do roteiro da entrevista, estando o mesmo adequado ao objetivo do estudo.

A entrevista fornece subsídios para a obtenção de dados referentes às atitudes, valores e opiniões dos entrevistados. Na entrevista semi-estruturada existe combinação de perguntas abertas e fechadas, onde um tema é proposto, mas é permitido ao entrevistado responder as questões sem que haja respostas pré-fixadas pelo entrevistador (MINAYO, 1996).

As entrevistas realizaram-se individualmente e tiveram duração de aproximadamente 20 minutos, de acordo com as características de cada participante.

4.4 Análise dos dados

Os dados foram analisados através da análise de conteúdo temática. A análise de conteúdo consiste de um conjunto de técnicas que possibilitam a análise dos diversos tipos de comunicação (escrita, oral entre outras) e tem por objetivo a obtenção de indicadores qualitativos ou quantitativos através da descrição do conteúdo das falas dos participantes, permitindo a sua compreensão (BARDIN, 1977).

A análise temática constitui-se de três etapas (BARDIN, 1977):

a) pré-análise: nesta etapa é realizada a seleção do material que será analisado. É composta pela leitura das entrevistas transcritas e organização das mesmas, respeitando-se os princípios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência.

As entrevistas foram transcritas integralmente e, após a leitura das mesmas foram retiradas do texto palavras que não interferiam no seu entendimento, dando maior clareza às falas dos participantes.

b) exploração do material: consiste na codificação do texto. Os dados obtidos são classificados e separados de acordo com a sua temática.

A partir das falas dos entrevistados foram selecionados os trechos adequados ao problema que foram codificados e separados em categorias conforme o seu conteúdo.

c) tratamento dos resultados obtidos e interpretação: nesta etapa, transcreveu-se as falas dos participantes do estudo e foi utilizado o embasamento teórico para interpretar de maneira fidedigna os achados.

4.5 Aspectos éticos

Os participantes deste estudo tiveram o anonimato preservado, bem como o esclarecimento de suas dúvidas e lhes foi assegurado o direito de encerrar sua participação em qualquer fase da pesquisa, sem que houvesse prejuízo pessoal ou profissional. Também foram orientados sobre a possibilidade de recusarem-se a fornecer informações. Além disso, foram informados sobre os objetivos do trabalho, bem como a metodologia utilizada e, conforme a resolução n.º 196 de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 1996), foi solicitada a assinatura, em duas vias, do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (APÊNDICE B), das quais uma ficou com o participante e a outra com a pesquisadora.

Segundo Polit e Hungler (1995), os indivíduos envolvidos na pesquisa devem sentir-se seguros de que os dados fornecidos não serão utilizados para prejuízo deles.

Foi solicitada a autorização dos participantes para a gravação das entrevistas, que foram transcritas e o conteúdo das mesmas somente foi utilizado para a realização deste estudo.

As fitas e as transcrições das entrevistas serão mantidas sob responsabilidade da acadêmica pesquisadora por um período de cinco anos, de acordo com a Lei dos Direitos Autorais (BRASIL, 1998) e, posteriormente, serão destruídas.

A coleta dos dados iniciou mediante autorização da direção da escola (APÊNDICE C) e após a avaliação e aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ANEXO I).

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados deste estudo são apresentados em categorias de acordo com as questões levantadas durante a sua coleta, possibilitando conhecer as percepções dos professores sobre definição e tipos de abuso praticados contra a criança, capacitação e dificuldades percebidas na identificação de sinais de maus-tratos, causas e conseqüências da violência contra a criança, bem como, o conhecimento que os mesmos têm sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e como proceder diante de casos de abuso.

5.1 Tipos de violência

Existem grandes variações na definição de violência relacionadas às diferenças culturais sobre os cuidados e direitos da criança. Em decorrência da maior conscientização sobre os direitos, o bem-estar e as conseqüências dos maus-tratos no desenvolvimento infantil, o conceito de violência vem sendo ampliado nos últimos anos (SPRS, s/d).

Segundo Deslandes (1997, p.13), os abusos contra a criança “podem ser praticados pela omissão, supressão e transgressão dos seus direitos, então definidos por convenções legais ou normas culturais”.

A violência contra a criança inclui o não atendimento das necessidades básicas da mesma, bem como rejeição, agressão física, verbal e psicológica. Esses aspectos podem ser observados nas falas dos professores:

[...] violência engloba esses sentidos de que criança tem que levar uma vida boa, tem que se sentir valorizada. [...] quando a mãe [...] rejeita, é uma forma de violência. (E1)

[...] violência não é só bater na criança, mas é a falta de carinho, a falta de atenção [...] é um conjunto. É bater, é a falta de alimentação, é a falta de roupa, é a falta de carinho. (E4)

A violência [...] significa o momento em que a criança é agredida fisicamente ou verbalmente [...] principalmente pelos pais. (E3)

Os professores percebem a violência diretamente relacionada a castigos impostos à criança como podemos observar na fala:

[...] dependendo do castigo que é imposto à criança [...] é uma certa violência. (E5)

De acordo com Whaley e Wong (1989), dentre as necessidades essenciais das crianças, incluem-se as físicas, biológicas e emocionais, tais como amor, disciplina e auto-estima. Quando estas necessidades, fundamentais para que a criança cresça e se desenvolva de forma sadia, não são atendidas, intencionalmente ou não, pela pessoa responsável pelo seu cuidado é originada a violência que pode causar danos no desenvolvimento físico, emocional, intelectual, social e moral da criança (EIDT; BIEHL; ALGERI, 1998).

A negligência surge nas suas diversas formas e, o abuso psicológico é explicitado no relato dos professores:

[...] Violência é uma criança não ser bem tratada, não ter carinho, não ter alimentação, isso são formas de violência [...]. (E4)

[...] tem aquela violência que não aparece, não alimentar. Têm vários casos de crianças que vem aqui [na escola] e comem seis pratos de comida porque não come em casa [...] (E2)

É possível perceber que a falta de alimentação é considerada uma violência independente das condições sócio-econômicas da família. Muitas vezes, os professores não analisam de uma maneira global esta falha no suprimento das necessidades essenciais da criança. Não é raro que a negligência, que pode manifestar-se pela alimentação inadequada, decorra das precárias condições em que muitas famílias vivem. Acredito existir grande necessidade de orientação aos professores. É importante ficar claro que nem sempre existe a intencionalidade dos responsáveis de negligenciar a criança e que isto deve ser avaliado para que não se faça um julgamento equivocado destas famílias. No entanto, apesar de ser de extrema complexidade identificar este tipo de abuso devido às dificuldades econômicas e sociais da população, e, da inexistência de intencionalidade de sua prática, faz-se necessária a proteção da criança maltratada através da notificação da situação vivenciada (BRASIL, 2002; SPRS, s/d).

Além da negligência e do abuso psicológico, o abuso físico também aparece como forma de violência:

[...] bater, espancar. Pra mim isso é violência. (E8)

[...] a gente tá mais acostumado a ficar pensando nessa violência física que deixa marcas. (E5)

É importante salientar que o abuso sexual não aparece como forma de violência. Isso provavelmente é decorrente da dificuldade de se identificar situações de violência sexual sem um exame físico detalhado. Entretanto, através da orientação adequada, pode-se orientar os educadores sobre sinais que levem a

suspeitar deste tipo de abuso, tais como alterações de comportamento freqüentes nas crianças vítimas de violência sexual.

5.2 Facilidades e dificuldades na identificação dos sinais de maus-tratos

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), os professores e responsáveis por estabelecimentos de ensino têm a obrigação de comunicar suspeita ou confirmação de casos de violência contra a criança ao Conselho Tutelar ou órgão competente. Entretanto, para que os profissionais de educação cumpram com o seu papel, é necessário que se faça a sua capacitação e sensibilização para que sejam compreendidos o significado, as manifestações e conseqüências do abuso (BRASIL, 2002).

5.2.1 Facilidades na identificação

Alguns fatores podem facilitar a identificação do abuso infantil. Na escola, o tempo de magistério e o convívio com as crianças por longos períodos são auxiliares no reconhecimento dos casos de violência, como podemos perceber nos relatos:

Diariamente a gente está em contato com a criança, percebe, vê alguma coisa diferente na criança [...] (E3)

Se eu lido no dia a dia com a criança, professor que não nota [...] é muito desligado. (E2)

A gente com o tempo de magistério que tem, nota quando uma criança não é bem tratada [...] (E4)

Os sinais apresentados pelas vítimas de maus-tratos também podem ser facilitadores na identificação. Para os professores, os sinais indicativos de abuso mais evidentes são os comportamentais. Os depoimentos confirmam a afirmativa.

Os sinais do comportamento são os mais percebidos. (E7)

Às vezes a criança é agressiva ou, às vezes, ela é totalmente desligada dentro da sala de aula [...] (E4)

A criança quando sofre alguma violência, ou fica muito retraída ou bate em todo mundo [...] (E2)

[...] toda criança que sofre maus-tratos tem um comportamento diferente em sala de aula. Ou ela é muito agressiva, ou ela é muito quieta. De alguma maneira ela manifesta esses maus-tratos [...]. A criança que sofreu algum tipo de violência é muito desligada, ela não consegue se centrar naquilo que está sendo ensinado [...] (E8)

Além dos sinais comportamentais, os sinais físicos também aparecem como indicadores de maus-tratos.

[...] se a criança vier com uma marca [...], muitas vezes a gente vê que a criança estava brincando ou foi por um acaso [...] (E3)

Tem aqueles casos que tu olha e diz: 'bateu, apanhou'. A gente teve caso de criança aqui que as costas eram roxas [...] (E2)

5.2.2 Dificuldades na identificação do abuso

Nem sempre é fácil reconhecer uma situação de violência. A falta de orientação sobre o assunto é um dos principais fatores segundo as percepções dos

professores, que referem não se sentirem capacitados para identificarem sinais de maus-tratos, conforme exposto abaixo:

Eu não consigo ver se o aluno é maltratado ou não. Eu noto que tem alunos agressivos, revoltados, irritados, mas não sei qual é a causa. (E6)

Um dos motivos que torna difícil a identificação dos casos de abuso é a falta de discussão sobre o tema, como relata o professor:

[...] a escola não discute isso [os maus-tratos]. Então fica numa percepção individual, quer dizer, uma percepção minha. (E5)

Outras dificuldades para reconhecer os indícios de violência foram citadas. A má interpretação do comportamento da criança é uma delas, como exemplifica a fala:

Às vezes a gente pode até confundir a timidez, porque muitas vezes a criança é tímida ou tem vergonha de se expor ao grupo. Às vezes ela pode até apanhar, sofre, mas aquilo de repente vai ficar no íntimo da criança. (E3)

Os professores têm o conhecimento de que as vivências da criança têm um reflexo direto no seu comportamento.

Algumas situações como separação dos pais ou doença na família, por exemplo, podem refletir no comportamento da criança sem que ela esteja sendo vítima de abuso. O despreparo e a falta de capacitação dos professores sobre o assunto podem fazer com que tais sinais comportamentais sejam interpretados como decorrentes de maus-tratos.

Além desse fator, a curta permanência de professores dentro de sala de aula especialmente a partir da quinta série pode dificultar no reconhecimento dos sinais indicativos de violência, conforme a fala:

[...] o professor de quinta a oitava série da escola seriada, o seu tempo na sala de aula é muito curto e se ele não estiver muito atento, ele não percebe. [...] se ele estiver muito preocupado com o conteúdo, preocupado com outras coisas, ele não vai conseguir, ele não percebe pela falta de continuidade. (E5)

Para o Ministério da Saúde (BRASIL, 1993), uma vez que existe baixa notificação dos casos de violência decorrente do desconhecimento acerca do problema, a capacitação dos professores é de extrema importância. Faz-se necessária a inclusão deste tema nos cursos de formação de professores para possibilitar o enfrentamento adequado das situações de abuso infantil.

5.3 Causas e conseqüências da violência contra a criança

Muitas podem ser as causas da violência e as conseqüências para a criança por ela vitimada, como descreveremos a seguir.

5.3.1 Motivos da ocorrência da violência

Ao nos depararmos com uma situação de violência contra a criança, muitas vezes nos questionamos sobre os motivos que levaram o agressor a cometê-la.

Fatores como desemprego, falta de planejamento familiar, imaturidade dos pais, ausência dos responsáveis e falta de dinheiro foram identificados como desencadeadores dos maus-tratos infantis, de acordo com os relatos:

O que influencia a violência é a situação social. [...] [O indivíduo] fica desempregado, fica sem dinheiro, fica violento. (E7)

Eu noto que a violência é influenciada pela falta de dinheiro [...] (E6)

Eu acho que a responsável por essa violência é a falta de planejamento familiar. As meninas estão ganhando os filhos mais cedo, elas não têm estrutura [...]. Às vezes, o pai é um namoradinho que tiveram ou alguém que 'ficaram' [...] (E1)

[...] a criança praticamente tá se criando sozinha [...]. Eu acho que isso está gerando essa violência. [...] eles estão ficando sozinhos demais [...] (E3)

Eu acho que o desemprego é um dos principais fatores que causa a violência. (E4)

Outro fator relatado como desencadeante da violência, é a desestruturação familiar, expressa especificamente pela presença do “padrasto” nas famílias.

Violência sexual geralmente é padrasto. (E7)

Para Deslandes (1997), nas situações de abuso sexual, o padrasto é um agressor freqüente devido à proximidade com a criança. De acordo com Fonseca, Lau e Farinatti (1996), a desorganização das famílias e os conflitos existentes entre o casal são observados na família maltratante, sendo bastante freqüentes as situações de concubinato ou várias uniões conjugais.

A falta de projeto nas escolas, que debatam a temática da violência e orientem os professores no reconhecimento e no procedimento diante dos casos de abuso, pode favorecer a ocorrência e o encaminhamento correto dado aos maus-tratos infantis como afirma o professor em seu depoimento:

Eu acho que as escolas deveriam ter um projeto contínuo [...]. Um projeto que fosse trabalhado [...] direto com o aluno, sobre violência, educação sexual [...] (E2)

Associada à ausência de projetos, a pouca ajuda prestada pelos governantes também é considerada como um contribuinte para o surgimento de situações de violência.

Eu acho que o governo faz tanta campanha contra a violência e ele mesmo ajuda tão pouco. (E8)

Segundo Deslandes (1997), algumas situações podem desencadear esta violência, tais como stress, desemprego, baixos salários, filhos indesejados, condições sócio-econômicas precárias, histórico de drogadição e/ou alcoolismo, problemas psicológicos ou psiquiátricos, pais com história de abuso na infância e fanatismo religioso. Já para Mussen *et al.* (1988), a utilização da punição corporal como forma de instrumento pedagógico, aceita culturalmente pela sociedade, contribui para a ocorrência de maus-tratos.

5.3.2 Conseqüências da violência

Existe grande preocupação quanto às conseqüências da violência, principalmente no desenvolvimento da criança, por parte dos professores:

De repente a pessoa é tolhida no seu desenvolvimento porque alguma coisa foi colocada de uma maneira indevida [...] (E5)

De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2002) é bastante difundida a utilização de formas agressivas para a educação das crianças. As agressões verbais são amplamente usadas por professores. Ofensas, exposição do aluno perante os colegas e humilhação são freqüentemente observadas dentro das salas de aula,

mas nem sempre são consideradas formas de maus-tratos. Entretanto, conforme Deslandes (1997), é importante salientar que este tipo de abuso pode ter várias conseqüências para a criança que incluem agressividade, comportamento auto-destrutivo e depressivo, stress, fobias, entre outros.

Na visão dos professores, os maus-tratos também podem refletir na aprendizagem e na auto-estima da criança.

Isso [a violência] se reflete na aprendizagem [...] (E4)

Eu acho que isso acaba truncando o desenvolvimento, isso depois mexe na auto-estima [...] (E5)

Tanto as experiências positivas quanto as negativas vividas durante a infância e a adolescência, podem interferir na personalidade assumida na fase adulta. Certos comportamentos, que perduram por várias gerações, podem ser causados por sentimentos como o desamparo, o medo, a culpa ou a raiva (BRASIL, 2002).

Para Fonseca, Lau e Farinatti (1996), outras possíveis conseqüências da violência contra a criança incluem: taxa de mortalidade elevada quando não ocorre intervenção, seqüelas físicas, perturbação emocional, delinqüência juvenil, drogadição, prostituição, depressão, baixa auto-estima.

Cabe salientar que as conseqüências físicas não foram representativas, somente sendo consideradas as de cunho psicológico que se refletem nas atitudes da vítima de abuso.

5.4 O tema e o Estatuto

Como citado anteriormente, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) é obrigatória a notificação de situações de abuso pelos professores, sob pena de pagamento de multa.

5.4.1 O conhecimento

O texto do artigo 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente é de conhecimento da grande maioria dos professores, que referem saber da obrigatoriedade em notificar os órgãos competentes.

De número não conheço, mas já estudei o Estatuto[...] (E2)

Não. [Explicado] Sim, isso já se faz desde que eu comecei a trabalhar [...] (E7)

Apesar da obrigatoriedade da notificação, não existe uma orientação adequada aos professores sobre como proceder. Para o Ministério da Saúde (BRASIL, 1993), isto é necessário uma vez que as escolas desempenham papel estratégico na prevenção e identificação dos casos de violência contra a criança

5.4.2 Como proceder

Entende-se por notificação de abuso a informação fornecida por qualquer órgão ou pessoa para o Conselho Tutelar, cuja finalidade é proteger a criança ou adolescente vítima de maus-tratos. A notificação tem por objetivo interromper a agressividade na dinâmica familiar e atitudes violentas do agressor (BRASIL, 2002).

Diante de situações de abuso infantil, os professores comunicam o fato à direção da escola para que esta contate o órgão competente, ou seja, o Conselho Tutelar, como podemos ver nos relatos:

Eu comunico a direção e as guias da supervisão [...] entram em contato com o Conselho Tutelar. A minha parte que eu faço é isso. (E2)

Ao meu ver, comunicar a direção da escola [...]. Acho que a supervisão entra em contato com órgãos competentes, no meu ver direto ao Conselho Tutelar [...] (E3)

Se eu suspeito [de violência], eu passo pra supervisora pra encaminhar, porque eu não sou habilitada nem pra conversar [...] (E7)

Não sei se eu faria outra coisa, eu denunciar. Eu nunca fiz esse tipo de coisa [...] (E2)

Eu, na verdade, não sei lidar totalmente com isso. Sei que precisa encaminhar, sei que não dá pra ficar calado [...] (E5)

Percebe-se que a comunicação à direção da escola deve-se ao sentimento de incapacidade e desconhecimento sobre como proceder a denúncia.

De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2002), a notificação da suspeita ou confirmação de casos de violência contra a criança é de responsabilidade de qualquer pessoa.

Outro procedimento utilizado na tentativa de solucionar o problema consiste em conversar com a criança agredida e sua família.

A gente tenta orientar o aluno, encaminhar pra direção fazer uma reunião com os pais pra ver o que a gente pode resolver [...] (E6)

[...] quando eu desconfio de algum problema assim, eu converso com os colegas [...]. A gente encaminha pra algum órgão ou até [...] soluciona aqui na escola mesmo, conversamos com o aluno, tentamos identificar o problema. (E8)

5.4.3 Fatores que interferem na notificação

Existem alguns fatores que podem auxiliar ou dificultar a notificação do abuso infantil.

Na percepção dos professores o conhecimento do histórico das famílias pelos dirigentes da escola, bem como o bom relacionamento entre a equipe de trabalho, são facilitadores no encaminhamento dos casos de abuso.

Aqui na escola, a nossa relação com a direção [...], com os outros técnicos [...] é bem tranquila, bem aberta. [...] o pessoal que dirige a escola tá há muito tempo, conhece o histórico da família toda, pais que já estudaram aqui, irmãos que estudaram ou estudam aqui [...] (E5)

É de extrema importância a realização de orientações sobre as formas de violência, bem como o estabelecimento de normas e rotinas que auxiliem na identificação e notificação dos casos de maus-tratos infantis. De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2002), isso é necessário, pois muitas vezes os educadores não sabem como agir diante de situações de abuso.

Dentre os fatores que dificultam a notificação incluem-se o medo de retaliações por parte dos agressores e a incerteza sobre a resolução do problema pelo Conselho Tutelar.

Nós denunciemos mas ficamos com medo, pois recebemos ameaças dos agressores. (E1)

Eu tive uma aluna [...] que o problema dela já estava no Ministério Público. O pai tentou abusar da menina e ela [...] continua morando com o pai. Então não sei até que ponto as coisas funcionam. (E2)

Muitas vezes a criança tem problema e pra conseguir um órgão especializado pra [...] conduzir essa criança para uma melhora [...]. Mesmo o Conselho Tutelar. Muitas vezes a gente precisa da ajuda deles e nem sempre a gente tem [...] é uma dificuldade imensa. (E8)

Para Fonseca, Lau e Farinatti (1996) a baixa notificação é decorrente de fatores como desconhecimento sobre o tema, o medo de exposição e de envolvimento judicial, a possibilidade de ameaças e agressões por parte dos envolvidos. De acordo com Deslandes (1997), outro fator que dificulta a identificação e, conseqüentemente, a notificação dos maus-tratos é o fato de este ser considerado um problema da família.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra a criança constitui uma das principais causas de morte a partir dos cinco anos. Ainda hoje considerada um problema de família, a real incidência da violência é desconhecida em virtude da subnotificação dos casos.

Através deste estudo, foi possível conhecer as percepções que os professores de ensino fundamental têm acerca do problema, bem como as dificuldades encontradas na identificação e notificação dos casos de maus-tratos infantis.

Os tipos de violência mais observados pelos professores incluem a física, a psicológica e a negligência, manifestada principalmente pela alimentação inadequada. Em consequência das precárias condições sócio-econômicas de grande parte da população, muitas vezes não existe a intencionalidade dos responsáveis de negligenciar a criança. Percebe-se que, em muitas situações, não há uma avaliação do contexto em que a negligência está inserida havendo, às vezes, um julgamento inapropriado de uma família que não tem condições de suprir as necessidades essenciais da criança.

Existem fatores que, na percepção dos professores, facilitam ou dificultam na identificação dos maus-tratos. O tempo de magistério e a permanência prolongada com a criança auxiliam neste reconhecimento. Além disso, os sinais comportamentais apresentados pelas vítimas, considerados os mais evidentes, também são vistos como facilitadores.

A falta de orientação e de discussão sobre o tema, a má interpretação do comportamento e o pouco tempo em que os professores a partir da quinta série do

ensino fundamental permanecem em sala de aula, dificultam no reconhecimento dos indícios de abuso infantil.

Segundo os professores, a violência é motivada por vários fatores que incluem o desemprego, a falta de planejamento familiar, a imaturidade dos pais, a ausência dos responsáveis, a falta de dinheiro e a desestruturação familiar. Outro fator que pode contribuir para a ocorrência de situações de maus-tratos refere-se à falta de orientação sobre o tema aos professores e alunos.

De acordo com os depoimentos, as conseqüências mais importantes do abuso manifestam-se no desenvolvimento, na aprendizagem e na auto-estima da criança.

A obrigatoriedade da notificação das situações de violência referida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente é de conhecimento de grande parte dos educadores. Esta notificação é feita via direção da escola, pois muitos professores não sabem como proceder a denúncia ao Conselho Tutelar. Na tentativa de solucionar o problema, os professores e a direção da escola realizam reuniões com a criança agredida e sua família.

Na percepção dos professores, o conhecimento do histórico das famílias pela escola, bem como o bom relacionamento entre os professores e funcionários, são vistos como facilitadores da notificação. Entretanto, o medo de retaliações por parte dos envolvidos e a incerteza da resolução do problema pelos órgãos competentes, são percebidos como fatores que interferem nesta notificação.

Neste estudo percebe-se a necessidade de orientações aos professores para que estes se sintam capacitados à identificar e notificar as situações de abuso infantil.

Apesar da obrigatoriedade de notificação dos casos de maus-tratos, muitas vezes os professores não são sensibilizados para entenderem a violência, suas manifestações e conseqüências no desenvolvimento da criança. A orientação sobre como proceder a notificação dos maus-tratos é de extrema importância, pois os professores não sentem-se capacitados e desconhecem os procedimentos a serem seguidos.

Este despreparo pode ser o responsável pela subnotificação dos casos de violência pelos professores. Em decorrência disso, faz-se necessária a implantação deste tema nos cursos de formação e aperfeiçoamento destes profissionais para que eles desempenhem um papel importante na prevenção e identificação do abuso infantil.

Além disso, percebe-se a necessidade de ser trabalhada com os professores, a questão da agressão verbal bastante utilizada nas salas de aula. Apesar de bastante difundida a utilização deste tipo de abuso com o intuito de educar e corrigir a criança, ele pode ser responsável por muitas conseqüências no desenvolvimento infantil.

Acredita-se que a elaboração de materiais educativos e campanhas de prevenção da violência para os professores e para a comunidade sejam de grande importância para a mudança de uma realidade cruel. Através da orientação e capacitação dos professores é possível que ocorra uma maior notificação dos casos de violência e que esta deixe de constituir uma das principais causas de morte na infância.

REFERÊNCIAS

ALGERI, Simone. **Caracterização de famílias de crianças em situação de violência intrafamiliar**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em seres humanos (Resolução 196/96)**. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/docs/Resolucoes/Reso196.dco>>. Acesso em: 20 jan. 2004.

BRASIL. **Lei dos Direitos Autorais (Lei 9.610/98)**. Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L9610.htm>. Acesso em: 22 abr. 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência contra a criança e o adolescente: proposta preliminar de prevenção e assistência à violência doméstica**. Brasília: Ministério da Saúde, 1993.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde: um passo a mais na cidadania em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Prevenir a violência: um desafio para profissionais de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 1997.

FONSECA, Nice Maria; LAU, Maria Izabel; FARINATTI, Franklin A. Maus-tratos a crianças. *In*: DUNCAN, Bruce B.; SCHMIDT, Maria Inês; GIUGLIANI, Elsa R. J. e colaboradores. **Medicina ambulatorial: condutas clínicas em atenção primária**. 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 149 - 153.

EIDT, Olga R.; BIEHL, Jane I.; ALGERI, Simone. **Atelier de vivências: um ambiente propício à construção do cuidado à criança hospitalizada por maus-tratos. Revista Gaúcha de Enfermagem.** Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 7-55, jan. 1998.

GARFINKEL, Barry D.; CARLSON, Gabrielli A.; WELLER, Elizabeth B. **Transtornos psiquiátricos na infância e adolescência.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

MELO, Maria do Carmo Barros de. **Abordagem da criança e do adolescente vítima de maus-tratos.** [s.d.]. Disponível em:

<http://www.medicina.ufmg.br/spt/saped/maus_tratos.htm> . Acesso em: 27 nov.2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 4.ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O significado social e para a saúde da violência contra crianças e adolescentes. *In*: WESTPHAL, Márcia Faria. **Violência e criança.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p. 110.

MUSSEN, Paul Henry *et al.* **Desenvolvimento e personalidade da criança.** 2.ed. São Paulo: Harbra, 1988.

POLIT, Denise F.; HUNGLER, Bernadette P. **Fundamentos da pesquisa em enfermagem.** 3.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

RICHARDSON, Roberto Jarry e cols. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999. p. 66 - 79.

SOCIEDADE DE PEDIATRIA DO RIO GRANDE DO SUL - SPRS. **Guia de atuação frente a maus-tratos na infância e na adolescência.** [s.d.]. Disponível em:

<<http://www.sprs.com.br/areacientificaguiaamaustratos.htm>> . Acesso em: 26 nov. 2003.

THOMPSON, Eleanor Dumont; ASHWILL, Jean Weiler. **Uma introdução à enfermagem pediátrica.** 6.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

WARNER, Carmen Germaine. **Enfermagem em emergências.** 2.ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

WHALEY, Lucille F.; WONG, Dona L. **Enfermagem pediátrica: elementos essenciais à intervenção efetiva**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

YUNES, João. Prefácio. *In*: WESTPHAL, Márcia Faria. **Violência e criança**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p. 11.

APÊNDICE A

ROTEIRO DA ENTREVISTA

Nome do participante:

Sexo:

Tempo de trabalho em escolas:

1 O que entendes por violência contra a criança?

2 Tu te sentes capacitado para identificar sinais de maus-tratos em uma criança?

3 Quais sinais tu identificarias?

4 Tu sabes como proceder diante da suspeita ou confirmação de casos de violência contra a criança?

5 Tu conheces o artigo 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente?

6 Gostarias de falar mais alguma coisa sobre este assunto?

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Eu, Simone Guastelli Farias, graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, estou desenvolvendo o Projeto de Pesquisa intitulado "Percepções dos professores acerca da violência contra a criança" sob orientação da Profa. Ms. Silvana Maria Zarth Dias.

Solicito sua colaboração para que participe da presente pesquisa, que tem por objetivo conhecer as percepções dos professores de ensino fundamental acerca da violência contra a criança.

Informo que a entrevista terá duração de aproximadamente 30 minutos, e será gravada mediante o seu consentimento. Esclareço que os resultados desta pesquisa não influenciarão na sua vida profissional. Os dados obtidos serão utilizados somente na elaboração do meu trabalho de conclusão de curso e as fitas serão destruídas após transcritas.

Eu _____, declaro que fui informado sobre os objetivos do projeto de pesquisa; da garantia de requerer resposta a qualquer dúvida sobre os riscos, benefícios e outros assuntos relacionados à investigação; da liberdade de retirar meu consentimento a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isso traga prejuízo a mim ou a qualquer indivíduo sob a minha responsabilidade; da segurança de que não serei identificado e que será mantido o caráter confidencial das informações relacionadas a minha privacidade.

Caso o participante necessite de algum esclarecimento sobre a sua participação no estudo, poderá contatar a acadêmica pesquisadora através dos telefones (51) 3333.2184 ou (51) 9661.7722 bem como a pesquisadora responsável, Prof. Orientadora Ms. Silvana Maria Zarth Dias, pelos telefones (51) 3328.7793 ou (51) 9965.1500.

Nome do participante: _____

Assinatura do participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

Data: _____

APÊNDICE C**OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO DA ESCOLA**

Escola Estadual de Ensino Fundamental

Sra. Diretora

Venho, por meio deste, solicitar autorização para a realização do meu projeto de pesquisa intitulado "Percepções dos professores acerca da violência contra a criança", sob orientação da Prof^a. Ms. Silvana Maria Zarth Dias, coletando informações junto aos professores que lecionam nesta escola. Esclareço que somente será dado início à coleta dos dados após parecer favorável do Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A coleta de dados será realizada através de entrevista semi-estruturada, com duração de aproximadamente 30 minutos, após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelos participantes.

Atenciosamente,

Simone Guastelli Farias

Acadêmica de enfermagem da UFRGS

ANEXO I



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA PROPES Q

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

RESOLUÇÃO

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul analisou o projeto:

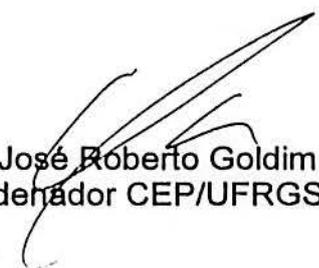
Número:2004292

Título do projeto: Percepções dos professores acerca da violência contra a criança

Investigador(es) principal(ais): Silvana Maria Zarth Dias (Pesq. Resp.)/Simone Guastelli Farias

O mesmo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS, na reunião n. 27, ata n. 48, por estar adequado ética e metodologicamente e de acordo com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Porto Alegre, 27 de maio de 2004.



Prof. José Roberto Goldim
Coordenador CEP/UFRGS